

■ OPINIÃO

Can. Brasil

Dresdner Bank Lateinamerika

DESDE 1906
NA AMÉRICA LATINA

Para além da irresponsabilidade e da recessão

Carlos Nagel Paiva *



O ministro Malan chamou de irresponsáveis os economistas que propugnam uma maxi-desvalorização do real. Sem dúvida o são. Impor uma máxi agora é o mesmo que abrir mão do Real. É não apenas impor um intolerável impacto de custos à indústria, mas destruir com a “âncora verde” e com a pressão competitiva externa sobre as margens de lucro internas que sustentam o salário real e impedem a reabertura do conflito distributivo.

Contudo, desses acacianismos não se pode extrair a conclusão de que o governo não tinha alternativa ao choque recessivo. Quem diz isso ignora que o Real era um plano inteligente até porque aberto a transformações internas. Tão aberto que, a despeito de ser um plano de “âncoragem cambial”, fez variar, ao longo de seu desenvolvimento, não apenas as taxas de câmbio, mas a própria política de controle (e desvalorização) cambial.

Tampouco se pode admitir a desculpa de que o “ajuste fiscal recessivo” se impôs como medida emergencial, uma vez que o ataque especulativo recente era imprevisível. Como todos sabemos, o ataque não era imprevisível. Os condutores da política econômica tinham todo o direito de duvidar dessa possibilidade. Mas não de ignorá-la. E, portanto, não podem alegar “surpresa” com o ocorrido.

Porém, a arquitetura do “Real 2” que não explora minimamente os graus de liberdade presentes no “Real 1” para um ajuste menos recessivo e mais inteligente — deixa claro que, a

despeito dos inúmeros sinais e avisos, a equipe econômica do governo desconsiderava o “cenário ataque”, encontrando-se despreparada para o mesmo. Só esse despreparo é capaz de explicar a opção da (usualmente inventiva) equipe econômica do governo em nos brindar com um plano de ajuste tão convencional quanto o atual. Por trás deste, vê-se claramente a regra: “Se você está sob ataque especulativo e não sabe o que fazer, faça o que os outros mandam”. E, de quebra, peça para este “outros” (em particular o FMI) anunciar aos quatro ventos (vale dizer, às agências internacionais de avaliação de risco) que, finalmente, nos “enquadraram” e estamos fazendo o “dever de casa”.

O problema é que ninguém efetivamente “up to date” com a literatura sobre câmbio e inflação acredita que o combate ao déficit financeiro do governo (que aprofunda o já expressivo superávit primário!) seja medida adequada para a tranquilização dos investidores internacionais e alavancagem de suas aplicações na região. E tampouco se pode acreditar na eficácia de uma tal política para o rebaixamento da taxa de juros interna, cujo patamar tem de ser definido pela necessidade de atrair o (cada vez mais arisco) capital externo, e não pelas pressões associadas à rolagem da dívida pública.

Dessa forma, o sucesso do Real 2 fica a depender da capacidade da recessão em derrubar as importações. E, uma vez que a economia brasileira ainda é relativamente fechada (as

importações ainda não significam 10% do PIB), o “sucesso” do Real 2 fica, pois, a depender de uma queda brutal do PIB brasileiro. O que não é nada alvissareiro.

É bem verdade que o governo até procurou alavancar o “embrulho fiscal” com a elevação das tarifas de importação e a flexibilização da política de financiamento às exportações. Mas isso ainda é muito pouco.

Nessas circunstâncias, o nosso ajuste eterno teria de ser alavancado por uma elevação mais significativa (de algo entre 5 e 7%) da Taxa Externa Comum do Mercosul. Uma elevação que, dada a atual dependência argentina do mercado brasileiro e seu crescente déficit com o resto do mundo, não seria, presumivelmente, difícil acordar.

Sem dúvida, um “miditarifaço” externo (que ainda teria de ser negociado com nossos parceiros mercosulinos e enfrentar as previsíveis retaliações e críticas dos EUA e da OMC) seria insuficiente para destensionar nossas contas externas e desfazer as expectativas quanto a uma eventual desvalorização do Real. Para evitar esse quadro, a própria política cambial teria de ser “reajustada”. Só que esse reajuste poderia ser feito no interior da própria lógica do Real, a partir da aceleração das desvalorizações

mensais, que teriam de ultrapassar o patamar médio de 0,6%, para algo em torno de 1% a.m.

Com isso, evidentemente, o cupom cambial subiria, pois os aplicadores externos seriam prejudicados com a aceleração das desvalorizações. E o governo teria de assegurar uma elevação permanente da taxa de juros interna em torno de meio ponto percentual. O que

não é pouco. Mas é muito menos do que o que se pode prognosticar para os próximos meses tendo em vista a disposição do governo de bancar a atratividade das aplicações internas sem nenhuma mudança na (agora descredenciada) política cambial.

É bem verdade que uma tal política “heterodoxo-gradualista” de “ajuste do ajuste” comporta impactos inflacionários não desprezíveis, derivados das pressões de custo e da restrição da exposição competitiva da indústria nacional associadas à elevação das tarifas externas e à aceleração das desvalorizações cambiais. Contudo, há que se ver que as pressões de custo (e, mesmo, as expectativas) associadas aos movimentos propostos seriam parcialmente contrabalançadas pela “âncora da produtividade” (que o Sr. Gustavo Franco acreditava, algo ingenuamente, que se imporia com mais rapidez, mas que, de qualquer forma, já se faz presente), pela

“âncora juro” (que sustenta o câmbio e controla o nível de emprego); pela “âncora salarial” (firmemente enganchada nas tristes rochas do desemprego) e pela “âncora dos não-tradables” (que já vem colaborando há tempo para a queda dos índices de preços, mas que ainda carrega setores potencialmente “deflacionistas”).

De outro lado, há que se perceber que o “tarifaço interno” que o governo impôs também embute pressões de custo, que podem redundar no recrudescimento da inflação. Na realidade, o tarifaço reabre o conflito distributivo interno, protagonizado agora pela disputa entre o Estado e os distintos membros da sociedade.

E, desde logo, essa reabertura do conflito é virtualmente impositiva. Afinal, se a poupança financeira externa minguar e os nossos déficits comerciais tornam-se insustentáveis, a renda interna (por oposição à nacional) cai e o conflito distributivo se impõe. A única questão que fica é a de como administrar o conflito repositivo com vistas a reduzir ao mínimo seus impactos deletérios.

A opção do governo é a de deixar ao “mercado em recessão” a definição dos “novos excluídos”. Uma opção liberal-darwinista que não é apenas socialmente perversa. É logicamente inconsistente, seja enquanto política de atração de investimentos externos, seja enquanto política imediata de enfrentamento do déficit comercial.

E o pior de tudo é que, se o ajuste recessivo mostra-se insuficiente para

sustentar uma efetiva reversão de expectativas quanto à evolução da nossa taxa de câmbio, ele ainda é contraditório com a busca de uma gradual “desâncoragem cambial” do real. Trabalhar no sentido dessa desâncoragem envolveria resgatar políticas industriais verticais de estímulo ao desenvolvimento da produtividade interna. Ao contrário, o governo sacraliza a política cambial à custa de uma política monetária e fiscal recessiva que desestimula o investimento privado e os ganhos de produtividade a ele associados. E ainda corta pela metade as verbas dos Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e Agrícola.

Ora, Sr. Malan e Sr. Gustavo Franco; se essa é a única alternativa que podem apresentar à “irresponsabilidade”, então não praguejem contra a “fracassomania”. E, por favor, não peçam aos agentes econômicos “expectativas racionais”. Afinal, no novo quadro de liquidez internacional, ser racional implica desconfiar da eficácia de políticas “feijão com arroz” como instrumento de reversão de tendências e expectativas. Na verdade, ser racional nos dias que correm implica dar toda a atenção à dinâmica da “economia real”, o que envolve desconfiar de políticas fiscais fortemente recessivas e de políticas monetárias insustentáveis a longo prazo. “Hic Rhodus, hic salta”.

* Professor assistente do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e doutorando do IE-Unicamp.